

O REVISOR DE TEXTO NO JORNAL IMPRESSO DIÁRIO E SEU PAPEL NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

RESUMO

Este trabalho busca caracterizar, sob a luz do paradigma da sociedade da informação, o processo de desaparecimento dos revisores tipográficos e copidesques (aqui chamados, genericamente de "revisores") das redações de jornais impressos diários, as conseqüências de sua extinção e seu papel na atualidade. São delimitadas as funções em questão e abordada a informatização da sociedade e sua influência sobre as redações. Para tanto foram consultados, além da bibliografia, profissionais e acadêmicos da área jornalística, com a intenção de se registrarem pontos de vista diversos sobre o tema. Apesar de os entrevistados crerem que não há mais espaço para a atuação dos revisores, a pesquisa indica que esses profissionais, ainda hoje, seriam proveitosos aos jornais.

Palavras-chave: jornal impresso diário, revisores, sociedade da informação.

ABSTRACT

This article intends to characterize, under information society paradigm, the absence of copyholders and copydesks in the daily press and consequences of this process nowadays. It was delimited the functions of these journalists and the influence of information society in journalism at all. For this, it was made a bibliographic study and interviews with researchers and professionals in the journalism area to show different points of view about the theme. Although interviewed believe that copyholders don't have conditions to work, this research points that these professionals nowadays could be important for newspapers organizations.

Keywords: daily press, copywriters, information society.

Introdução

O Decreto nº 83.284/79, que regulamenta a profissão de jornalista, define o revisor como "aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística" (artigo 11, inciso II). O mesmo decreto estabelece que o jornalismo compreende, entre outras atividades, a "revisão de originais de

matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem" (artigo 2º, inciso VIII).

Embora previsto em lei, o que se vê é a extinção desse cargo, conseqüência da modernização das redações e da função comercial que vêm tomando as empresas jornalísticas. Atualmente, o gasto com profissionais tem sido consi-

derado mais importante que a qualidade da publicação, e a correção automática oferecida pelos computadores, suficientemente capacitada para suprir a necessidade da revisão.

Com o fim da função do revisor, passou-se a analisar o jornal após sua publicação. Essa "revisão tardia" acabou por prejudicar os leitores, que não só encontram erros que pode-

• **Fábia Angélica Dejavite¹**
Jornalista; doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP; professora dos cursos de jornalismo da Universidade Anhembi-Morumbi e Universidade Presbiteriana Mackenzie.

• **Paula Cristina Martins**
Jornalista; graduada em jornalismo pela Universidade Anhembi-Morumbi.

I- Este artigo é parte resultante da pesquisa "As mudanças editoriais e gráficas promovidas pelo jornal diário impresso de referência na sociedade da informação no Brasil (1995 a 2005): análise dos jornais O Estado de S.Paulo e A Tribuna", financiada pela Diretoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Anhembi-Morumbi e vinculada ao Grupo de Pesquisa "Jornalismo e Indústria do Entretenimento", do CNPq.

riam ter sido evitados, mas que podem, muitas vezes, tomá-los como certos.

Diante de tal contexto, este artigo tem o objetivo de abordar a revisão de textos jornalísticos no contexto atual da sociedade da informação, por meio da análise do papel do revisor e de seu desaparecimento dos jornais impressos diários.

O estudo é qualitativo e baseia-se nas pesquisas bibliográfica e de campo. O instrumento principal de coleta de dados é a entrevista semi-estruturada com revisores, antigos revisores, acadêmicos e jornalistas.

1. A sociedade da informação

O conceito de sociedade da informação, primeiramente chamada de sociedade pós-industrial, surgiu na década de 1970, quando cientistas futurólogos previram que os avanços tecnológicos modificariam profundamente a vida humana em um curto espaço de tempo.

Porém, foi a partir da década de 1980 que se disseminaram pelo mundo projetos de implantação dessa sociedade, na qual o bem mais precioso deixaria de ser material para se tornar impalpável, invisível. A informação passaria a ser vista como valor de mercado, produto de troca social. Dessa forma, “a inovação tecnológica (...) não está preocupada com a produtividade de bens materiais, mas com a produtividade informacional” (MASUDA, 1982, p. 10).

Ainda segundo Masuda (1982, p. 53), para que o acesso a informações fosse ágil e estivesse ao alcance de todos, seria preciso lançar mão da informática e de sistemas de telecomunicações. Desde o advento dessas tecnologias, terminais deixaram

de ser exclusivamente usados por cientistas para pertencerem a empresas e residências.

Na sociedade da informação o poder e a riqueza dependem da capacidade de geração de conhecimento e processamento de informação. Para tanto, a interação entre recursos humanos, infra-estrutura tecnológica e inovação organizacional e estrutural são fundamentais.

Outro ponto marcante do processo desse novo contexto é o estabelecimento de uma economia de serviços.

A [característica] mais simples de uma sociedade pós-industrial é já não estar a maior parte da força de trabalho aplicada à agricultura ou à manufatura, e sim aos serviços, os quais se definem, residualmente, como comércio, finanças, transporte, saúde, recreação, pesquisa, educação e governo (BELL, 1977, p. 28).

Castells (1999, p. 227), porém, considera o conceito de serviços bastante ambíguo, quando não errôneo. Para o autor, diversos “processos cruciais característicos das economias avançadas juntam irremediavelmente seu conteúdo de informação ao suporte material do produto, impossibilitando a distinção dos limites entre *bens* e *serviços*.”

Às indústrias primária, secundária e terciária (de extração, produção e prestação de serviços, respectivamente), foi acrescida a que Masuda (1982, p. 112) denominou quaternária, referente às indústrias relacionadas à informação, onde se encaixam, entre outras, as empresas jornalísticas. Se para operar as máquinas da era industrial era

utilizada mão-de-obra semi-especializada, a introdução de novas tecnologias passa a exigir níveis de instrução superiores e modifica os conceitos tradicionais de trabalho e tempo.

Na sociedade da informação torna-se essencial ter bons conhecimentos teóricos, já que as exigências de qualificações são cada vez maiores. De acordo com Castells (1999, p. 250-251), a “eliminação gradual do emprego rural; declínio estável do emprego industrial tradicional; rápida elevação do emprego para administradores, profissionais especializados e técnicos”, entre outras, são características dessa nova sociedade.

Além disso, o computador, símbolo da era informacional, exige uma nova postura dos trabalhadores. Não bastasse impor aos homens sua nova visão do trabalho, o computador passou a ocupar lugares antes pertencentes aos seres humanos, cortando pessoas e funções não condizentes com os preceitos da nova era. No entanto, não há como escapar da tecnologia – e, conseqüentemente, de suas implicações. “A informática obriga todos a entrarem no mesmo barco, pois muda a lógica do conjunto como um todo” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 35).

Em Previsões e premissas, Toffler (1999b, p. 52-53) lista sete tipos de desemprego: o estrutural, o tecnológico, o relacionado com o comércio, o normal, o por atrito, o por falta de informações e o iatrogênico. Deles, podemos destacar o estrutural e o tecnológico.² O primeiro, resultaria da transição das indústrias da Segunda para a Terceira Onda.³ “A medida em que as indústrias velhas e

2 - Os outros tipos de desemprego referem-se, respectivamente, à variação do mercado mundial, a causas estritamente regionais, ao período de mudança de um emprego para outro, às dificuldades de adaptação a atividades cada vez mais segmentadas e a ações governamentais equivocadas.

3 - O conceito de Segunda Onda refere-se à era industrial, e o de Terceira Onda, à pós-industrial.

tradicionais entram em colapso (...), elas deixam buracos escancarados nas economias industrializadas". O segundo, provém da implantação de novas tecnologias, o que significa que "cada vez menos trabalhadores são necessários para atingir um nível de produção".

Já a velocidade, outra característica da sociedade da informação, fez com que o tempo se tornasse não apenas importante, mas valioso. A informatização deu a ele novo sentido: agora, o tempo deixa de ser apenas um parâmetro de duração dos acontecimentos, para se estabelecer como valor, de importância social e monetária.

Se o tempo, hoje, é "um dos mais importantes recursos econômicos", a velocidade com que são transmitidos dados passa a ser vista como algo essencial. Resultante disso, temos a rapidez em que se notam os reflexos das informações proferidas.

Mais que importante para tomadas de decisões, a velocidade tornou-se um estilo de vida. Hoje, queremos trabalhar, viver na velocidade do computador, e isso acaba interferindo em nossas relações pessoais e profissionais. O advento dessas máquinas e outras tecnologias – como as redes – permite-nos trabalhar a distância, não sendo necessário, em muitos casos, o convívio com outros trabalhadores da mesma empresa.

Apesar de estarmos vivendo uma nova era, ainda agimos sob o espírito capitalista. Nesse contexto, a informação transforma-se no principal objeto de desejo das pessoas e os meios que antes funcionavam independentemente, hoje, fundem-se e criam grandes conglomerados,

monopólios da informação, com o objetivo de aumentar seus lucros e se fortalecer no "mercado global integrado" (KUMAR, 1997, p. 44).

Com a globalização e a implantação da sociedade da informação no Brasil, a informatização atingiu também nossas redações, interferindo tanto no processo de produção da notícia quanto nas atribuições dos jornalistas.

2. A informatização dos jornais

A partir dos anos 1980, a imprensa adotou a rentabilidade como objetivo central. A informatização das redações foi, ao mesmo tempo, resultado da nova demanda social e a forma mais eficiente encontrada pelas empresas jornalísticas para diminuir seus gastos.

Diversos autores convergem em suas opiniões sobre o assunto. Abreu (2002, p. 28), por exemplo, afirma que "o objetivo das empresas de comunicação, ao adotar novas tecnologias, era em última instância baratear seus custos operacionais". Já Marcondes Filho (2000, p. 35) diz que "a nova tecnologia volta-se a curto prazo ao barateamento da produção".

Os jornalistas que restaram tiveram de adotar uma nova postura e desempenhar papéis que antes eram encargos de outros profissionais. Deles passaram a ser exigidas aptidões características dessa nova sociedade.

Segundo Corrêa (1998, p. 102 - 104),

O jornalista parece ser um dos profissionais que mais tem alterado o seu papel na sociedade da informação. (...) A era digital nos traz jornalistas não só com ênfase na-

quelas competências básicas do fazer jornalístico (...) Ela inclui competências típicas: (...) lidar com as novas tecnologias de informação e comunicação (...) e a competência cultural, fundamental nessa sociedade sem fronteiras e de horizontes infinitos.

No entanto, ao mesmo tempo em que a informatização conferiu maior velocidade ao processo de produção de notícias, "o rigor no horário de fechamento do jornal aumentou" (ABREU, 2002, p. 34). Passou-se a exigir do jornalista que "passasse a trabalhar na velocidade do sistema" (MARCONDES FILHO, 2000, p. 36).

Pode-se considerar a implantação de tecnologia um dos principais pilares da transformação da imprensa. Além de exigir maior versatilidade dos profissionais, o processo de informatização das redações levou ao chamado desemprego tecnológico. O revisor foi descartado pelos grandes jornais e substituído por terminais de vídeo.

É o caso da *Folha de S. Paulo*, que, em 1984, extinguiu o setor de revisão, demitindo 102 funcionários (VIANNA, 1992, p. 141), "substituídos por apenas um encarregado de apontar os erros de português e de digitação na edição de cada dia" (SOARES, 1996, p. 32). De acordo com José Hamilton Ribeiro (1998, p.159), não houve "nenhuma preocupação da empresa com esquema de aproveitamento em outros setores ou reciclagem profissional".

Embora no final da década de 1980 *O Estado de S. Paulo* ainda não fosse informatizado, em 1991, sua redação já se encontrava completamente inserida nessa nova sistemática, e setores como os de revisão e

digitação já haviam sido eliminados (VIANNA, 1992, p. 132).

Todavia, o corte profundo de pessoal em busca de lucro é questionável. Estamos vivendo em uma era em que o jornalista torna-se fundamental para a “seleção em meio ao vasto caudal de informações” e para a “explicação [dos fatos], imposta pela natureza técnica da informação” (BELL, 1977, p. 517).

Levando-se em conta que os leitores de jornais esperam encontrar matérias bem redigidas, que a carência de tempo resulta em perda de qualidade e que a disseminação de computadores nas redações não supre a deficiência dos profissionais de mídia no domínio da língua, a melhor maneira de se ganhar dinheiro, a longo prazo, seria o investimento na capacitação do profissional, e não seu desestímulo.

Portanto, na atual sociedade, em que as pessoas se tornam ávidas por informações, o produto que as oferecer de maneira mais clara, detalhada, correta, será mais respeitado e consumido. Daí a importância de haver, nas empresas jornalísticas, pessoas responsáveis pelo bom acabamento das matérias: os revisores.

3. A importância da revisão

A revisão pode, mesmo hoje, ser considerada elemento importante para a produção de jornais. Como já foi citado, a falta de tempo reflete diretamente na qualidade dos textos, e o repórter se vê espremido “entre a busca da notícia, a vontade de fazer bem-feito e a pressão do fechamento” (LAGES in RIBEIRO, A., 1999, p. 67).

Hoje, com o advento e introdução dos computadores,

os jornais aboliram a revisão, deixando esta função e responsabilidade sob a incumbência do próprio repórter – que, apesar de redigir a matéria jornalística, não possui, na maioria das vezes, nem conhecimento nem treinamento específico ou vocação para a detecção de erros – (MABOUB in RIBEIRO, A., 1999, p. 35).

Para Noblat (2002, p. 77), o problema é ainda mais grave, pois “há gente na redação que também não sabe escrever”. Segundo Castro (1999, p. 99), os jornais erram muito hoje em dia em relação há 20 anos, se considerarmos que há, teoricamente, um maior número de profissionais de nível universitário.

Uma das queixas mais comuns dos leitores de jornais refere-se a erros de ortografia. Mais que um serviço a favor dos leitores, o escrever corretamente é uma questão ética. O artigo 17 do Código de Ética do Jornalista, em vigor desde 1987, determina que “o jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais”, sob pena de advertência pública e impedimento, temporário ou definitivo, de ingresso no Sindicato e, aos sindicalizados, observação, advertência, suspensão e exclusão do mesmo.

Apesar disso, Kucinski (2005, p. 17-18) vê, no jornalismo brasileiro de hoje, uma crise de ausência ética nas práticas jornalísticas, chamada por ele de “vazio ético”. Bucci (2000, p. 32) considera, porém, que esse vazio está mais relacionado ao jornal do que aos jornalistas. “Em geral [as faltas éticas] são cometidas por empresas e não por redatores; são faltas institucionais e não desvios pessoais”.

Como forma de combater o “vazio ético”, Kucinski (2005, p. 27) propõe a consideração – e a conseqüente cobrança – do jornalismo como um direito do consumidor, “como indivíduo que paga e tem o direito de receber um produto de qualidade, e como cidadão, membro de uma sociedade, que tem o direito de informar e ser informado como parte de seus direitos de cidadania”.

A presença de revisores nas redações colaboraria para que essas medidas fossem seguidas à risca, facilitando o entendimento das matérias.

4. O revisor no jornalismo impresso diário hoje

Antes da informatização das redações, o revisor era visto como elemento de grande importância. Era dele a responsabilidade pelos erros publicados e pela uniformização dos textos de um veículo. Chaparro (2005) lembra que “o famoso copidesque cuidava do acabamento dos textos, garantindo-lhes, acima de tudo, correção gramatical”. Segundo ele, antigamente, propagava-se a idéia de que o “repórter não precisa saber escrever; basta que traga boas notícias. Do texto, o copidesque daria conta”.

Livio Oricchio, ex-revisor tipográfico do *Estado de S. Paulo*, recorda que, até o final da década de 1980, a revisão ainda era um setor forte no jornal. De acordo com Benedito Carlos de Almeida, ex-chefe da Revisão da *Folha de S. Paulo*, depois de distribuídas as matérias, levava-se entre dez e quinze minutos para revisá-las. “Então a prova voltava para a oficina e se faziam as emendas. Se fossem muitas, retornavam para uma

segunda prova na revisão, para se verificar se as emendas haviam sido feitas corretamente”.

Segundo Oricchio, “o revisor cumpria a função de corrigir todas as falhas que a pessoa teve em sua formação no idioma, tanto no primeiro grau como no colegial, até na faculdade mesmo”.

A revisão existe não apenas para corrigir descuidos ortográficos ou técnicos, mas também para corrigir os lapsos de redação até assegurar unidade de estilo ao texto que nem sempre sai com esta característica das mãos do autor. Aí surge o papel do revisor, estreitamente aliado a um dos setores da redação (o de preparador da matéria ou reescrevedor) (BAHIA, 1990, p. 182).

Ao reescrevedor, ou copidesque, cabia adequar os textos à linha editorial do jornal, titulá-los e reduzi-los de acordo com o espaço disponível na paginação (AMARAL, 1986, p. 61-62), além de reescrever matérias redigidas sob enfoque incorreto (ROSSI, 2000, p. 43). Era dele a responsabilidade de apropriar as matérias às normas de estilo da empresa, explicitadas, muitas vezes, em manuais de redação.

Ao contrário dos copidesques, geralmente jornalistas com muitos anos de “casa”, o revisor era, na maioria das vezes, um jovem profissional aspirante a repórter. “A revisão de qualquer jornal é considerada uma escola de jornalismo: ela pode ser o ‘primário’ do jornalista” (RIBEIRO, A., 1999, p. 31).

Nesse setor, acumulavam-se conhecimentos essenciais para a prática jornalística, como o domínio da língua e a construção do texto informativo. Para BAHIA (1990, p. 179), era

no estágio na revisão que “o jornalista adquiria (...) um maior embasamento profissional”.

“Houve duas grandes escolas no jornal: a polícia, que obrigava o jornalista a ser espartano, desenvolver raciocínio rápido, perceber as coisas no ar para não ser passado para trás, e a revisão”, recorda Dirceu Fernandes Lopes.

Teoricamente diferentes, muitas vezes as funções práticas do revisor e do copidesque – também extinto – se cruzam e essas denominações acabam sendo usadas como sinônimos. Para evitar confusões em relação à nomenclatura, o termo empregado neste trabalho é o de “revisor”.

Embora, com ou sem revisor, seja impossível evitar todos os erros, é fato que, quando esse profissional existia, o número de incorreções publicadas era menor. “Nos jornais, [o revisor] não mexia no estilo, normalmente, mas já filtrava um grande número de erros de grafia, concordância, uso de crase, regência etc.”, afirma Eduardo Martins (2005), autor do *Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo*. “Quanto à estrutura, não piorou, mas em relação a erros de grafia, não há dúvida. O revisor ia nos pequenos detalhes”, afirma Lopes.

Além da demissão de revisores, o enxugamento das redações levou um menor número de repórteres a cobrir uma quantidade grande de pautas, agravando a queda na qualidade das matérias. “Nesse processo rápido e ágil, o controle da qualidade se torna mais difícil” (ABREU, 2002, p. 34).

Depois da informatização, os setores de revisão foram substituídos por alguns poucos profissionais, encarregados de

ler o jornal após sua impressão para apontar os erros publicados. Chamados por Alcindo Ribeiro (1999, p. 34) de “redatores de erratas”, esses profissionais existem para apontar as falhas aos jornalistas, na tentativa de “educá-los”.

A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, mantém o ombudsman, espécie de crítico interno cuja função é analisar o desempenho da mídia e a qualidade geral do jornal, e o Controle de Erros,

Setor responsável pelo apontamento e pela atribuição dos erros gramaticais, de padronização, de coerência e de digitação publicados pela Folha. (...) Erros de informação e de enfoque são apontados por Direção de Redação, editores, ombudsman, Programa de Qualidade e pelos próprios leitores (PUBLIFO-LHA, 2001, p. 109-110).

“Quando existia a revisão, encontravam-se cerca de 20, 30 erros por edição. No dia seguinte à sua extinção, passaram para 300. A direção não tinha controle do que estava acontecendo”, lembra Benedito Carlos de Almeida, criador do Controle de Erros. Esse setor produz, além de relatórios diários, o jornal de erros, que destina comentários sobre os erros publicados às editorias correspondentes.

Na época em que a função do revisor foi eliminada, a figura do redator torna-se bastante importante. Porém, apesar de ter assumido novas responsabilidades na tentativa de suprir a falta de cargos extintos, a presença desse profissional ainda pode ser considerada insuficiente. MEDINA (1988, p. 85) afirma que “as notícias são copidescadas conforme a

disponibilidade de tempo dos redatores”.

Para Marcelo Beraba (2005), *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, “faz falta no jornalismo, mesmo nas redações de hoje, um corpo maior, mais forte e mais experiente de redatores, que ajude a trabalhar um texto, pense a edição”. Segundo Beraba, em 2004 a *Folha* contabilizou 3,6 erros diários de português, digitação e padronização por página, além de 1.130 erros de informação.

Moacir Japiassu, crítico de mídia, acredita que, para garantir qualidade, o texto do repórter deveria passar pelo “controle de qualidade do copidesque e a leitura final do revisor, sempre atento à ortografia, à regência verbal etc.”.

Também abolida dos cursos de Jornalismo, pouco se ouve falar sobre a revisão nas faculdades. “Devo ter aprendido isso no primeiro ano, depois nunca mais ouvi falar. Tanto que, em nossos programas e jornais-laboratório, não havia uma pessoa responsável só pela revisão”, afirma Ana Lígia Ribeiro Vasconcellos,⁴ repórter da *Folha de S. Paulo*, formada em 2004.

Embora seja comum culpar os avanços tecnológicos pelas demissões em massa, é importante lembrar que se trata de um processo evolutivo inevitável. Desde o advento da televisão, o jornalismo impresso vem sendo forçado a se transformar, tornar-se mais ágil. E a informatização, de fato, permitiu acelerações sequer imagináveis anteriormente, que trouxeram consigo a desvalorização da qualidade em nome da rapidez.

Por isso, em nome do bom jornalismo, faz-se necessário,

ainda ou novamente, o velho filtro da revisão dos originais.

Considerações finais

A pesquisa revelou que, embora o processo de desaparecimento da função de revisor está quase findado, a atuação desse profissional dentro dos jornais impressos diários na atual sociedade da informação faz-se ainda necessária e proveitosa.

O baixo número de repórteres responsáveis por uma quantidade desproporcional de pautas resulta em queda da qualidade textual nos dias de hoje. Isso ocorre não só pela falta de tempo – considerada, por alguns, insignificante no processo de composição das matérias –, mas principalmente pela sobrecarga de trabalho, visto que são responsáveis por funções antes designadas a profissionais diferentes.

Ademais, mesmo quando passam pelo filtro do editor, muitas matérias ainda são publicadas com erros, já que ele também é encarregado por diversos ofícios e, por isso, não tem tempo suficiente para analisá-las com a devida atenção. A presença de um pequeno grupo de revisores poderia evitar que boa parte dessas falhas fosse publicada.

Embora se veja na questão do valor temporal motivo para a não existência da revisão, pois esta atravancaria o sistema de produção das notícias, é importante ressaltar que os computadores de hoje permitiriam um trabalho rápido e atenuado. Essas máquinas admitem que boa parte dos erros seja retificada por corretores automáticos, que exista uma rede entre elas,

através da qual as matérias podem ser encaminhadas ao revisor assim que prontas, e que a correção seja feita diretamente no arquivo eletrônico. Dessa forma, a correção das matérias que era feita entre dez e quinze minutos, poderia ser realizada em ainda menos tempo.

Além disso, a menor quantidade de erros publicados poderia ser usada para a publicidade do jornal, uma vez que indicaria maior preocupação com a ética na transmissão das notícias e com o entendimento do leitor, além de respeito à sua inteligência. Assim, aumentar-se-ia a credibilidade do veículo e, conseqüentemente, ainda que não a tão curto prazo, suas vendas.

Não se propõe, aqui, que sejam contratadas grandes equipes, como as existentes na década de 1980, pois isso seria, do ponto de vista empresarial, realmente inviável. Mas um pequeno grupo, conhecedor da língua portuguesa e adaptado às normas de redação da casa, teria competência para exercer, concomitantemente, as funções de revisor e copidesque e diminuir, em quantidade considerável, o número de erros publicados.

Para tanto, é preciso que os proprietários de jornais tenham consciência de que trabalham com a informação – um dos bens mais importantes da atual sociedade – sob a forma verbal, e que a precisão e qualidade desta estão íntima e indissociavelmente ligadas ao correto e respeitoso uso da língua. Algo essencial em uma sociedade integrada pela comunicação e pelas tecnologias da informação.

4 - Em entrevista à autora, em 3 de outubro de 2005.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970 – 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- AMARAL, Luiz. **Jornalismo**: matéria de primeira página. 5 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BERBARA, Marcelo. Palestra realizada no **IV Encontro de Jornalismo da Universidade Metodista de São Paulo**, em 21 de setembro de 2005 CALDAS, Álvaro. *Deu no jornal*: o jornalismo impresso na era da internet. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Marcos de. **A imprensa e o caos na ortografia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CHAPARRO, Carlos. Como doem os tropeços no “h”!. **Jornal da Imprensa**, 5 de novembro de 2004. Disponível em <http://www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshows.asp?op2=&op3=&editoria=343&idnot=19115>. Acesso em 25 de julho de 2005.
- CORRÊA, Elizabeth Saad. O jornalista (brasileiro) na sociedade da informação. In: **Revista Comunicações e Artes**, São Paulo, n. 33, jan.–abr. 1998. P. 97-109.
- CUNHA, Ivani. Legendas: de quem é a culpa?. In: RIBEIRO, Alcindo. **Edição extra – 2º clichê**. Belo Horizonte: Mazza, 1999. P. 62-64.
- ERBOLATO, Mário. **Dicionário de propaganda e jornalismo**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1986.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- JAPIASSU, Moacir. **Jornal da imprensa**: a notícia levada a sério. São Paulo: Jornal dos Jornais, 1997.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Unesp, 2005.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003b.
- LAGES, Maria Eugênia Murta. A briga continua. In: RIBEIRO, Alcindo. **Edição extra – 2º clichê**. Belo Horizonte: Mazza, 1999. p. 67-68.
- LETRIA, José Jorge; GOULÃO, José. **Noções de jornalismo**. 2 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- LOPES, Dirceu Fernando; COELHO SOBRINHO, José; PROENÇA, José Luiz (orgs). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. São Paulo: EDICON:ECA/USP, 1996.
- MABOUB, Elias. ...E o revisor virou controlador de qualidade. In: RIBEIRO, Alcindo. **Edição extra – 2º clichê**. Belo Horizonte: Mazza, 1999. p. 35-36.
- MACHADO, Amaury. Escrever antes e depois. In: RIBEIRO, Alcindo. **Edição extra – 2º clichê**. Belo Horizonte: Mazza, 1999. P. 24-25.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Sociedade tecnológica**. São Paulo: Scipione, 1994.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes (org.). **Manual de redação e estilo**: O Estado de S. Paulo. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

“O antídoto é ler, ler, ler (...)”. **Jornal da Imprensa**. Papo na Redação. Disponível em <<http://www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshow.asp?op=2&op=3&editoria=285&idnot=17077>>. Acesso em 25 de julho de 2005.

MASUDA, Yoneji. **A sociedade da informação como sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Rio, 1982.

MAZZA, Lúcio. Armas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 7 de setembro de 2005. P.A3. Painel do Leitor.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2ª edição. São Paulo: Summus, 1988.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: UNB, 2002.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

PEREZ, Luiz Fernando. Risca, que dá certo. In: RIBEIRO, Alcindo. **Edição extra – 2º clichê**. Belo Horizonte: Mazza, 1999. P. 99-100.

PUBLIFOLHA. **Manual da redação**: Folha de S. Paulo. 8 ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

RIBEIRO, Alcindo. **Edição extra – 2º clichê**. Belo Horizonte: Mazza, 1999. 195 páginas.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta**: condições e contradições do trabalho jornalístico. 3 ed. São Paulo: Olho D`água, 2001.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas**: 1937 a 1997. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

RODRIGUES, Jacira Werle. **Reportagem impressa, estilo e manuais de redação**: a construção da autoria nos textos do jornalismo diário. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2003.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira (org.). **Para uma leitura crítica dos jornais**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1989.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da informação ou da comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 22 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TOFFLER, Alvin. **Criando uma nova civilização**: a política da terceira onda. Rio de Janeiro: Record, 1999a.

TOFFLER, Alvin. **Powershift**: as mudanças do poder. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

TOFFLER, Alvin. **Previsões e premissas**. Rio de Janeiro: Record, 1999b.

TOLEDO, José Roberto de; ERCILIA, Maria. Um mundo ligado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 de maio de 1999. Disponível em <http://www.faced.ufba.br/~preto/Biblioteca%20Digital/CastellsFSP/Folha%20de%20S_Paulo%20-%20Entrevistas%20ano%202000%20Um%20mundo%20ligado%20-%2023-05-1999.htm>. Acesso em 05 de agosto de 2005.

VIANNA, Ruth Penha Alves. **Informatização da imprensa brasileira**. São Paulo: Loyola, 1992.

Entrevistas

ALMEIDA, Benedito Carlos de: depoimento [8 out.2005]. Entrevistadora: Paula C. Martins.

JAPIASSU, Moacir: depoimento [15 set.2005]. Entrevistadora: Paula C. Martins.

LOPES, Dirceu Fernandes: depoimento [27 set.2005]. Entrevistadora: Paula C. Martins.

ORICCHIO, Lívio: depoimento [29 ago.2005]. Entrevistadora: Paula C. Martins.

VASCONCELOS, Ana Lígia Ribeiro: depoimento [3 out. 2005]. Entrevistadora: Paula C. Martins.